

**PHILTÁTE 1**

Studia et acta antiquae Callaeciae

# Clausus est Ianus

Augusto e a transformación do noroeste hispano

## PHILTÁTE 1

*Studia et acta antiquae Callaeciae*

### *Directores científicos da colección*

M.<sup>a</sup> Dolores Dopico Caínzos  
Manuel Villanueva Acuña

Todos os volumes da colección PHILTÁTE están sometidos a revisión externa polo sistema de «dobre cego por pares»

### *Fotografías*

Os seus autores

### *Deseño e maquetación*

Diego Núñez Álvarez

### *Impresión*

LAR (Viveiro)

- © M.<sup>a</sup> Dolores Dopico Caínzos  
M. Villanueva Acuña (eds.)
- © desta edición: Deputación de Lugo
- © dos textos: os seus autores

ISBN: 978-84-8192-526-5  
Depósito legal: LU 144-2016

### *Edita*

Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo  
publicacions@deputacionlugo.org

### Fotografía de portada:

Denario de Augusto (*Lugdunum*, 2 a. C-14 d. C.)  
achado no Castro de Viladonga. Fotografía  
de Marta Cancio

### O carro, símbolo da colección:

Entalle de anel de cornalina con Victoria alada  
achado na Domus do Mitreo (ss. II-III d. C.).  
Debuxo de Celso Rodríguez Cao

Este volume foi realizado dentro do Proxecto de Excelencia de I+D+i do Ministerio de Economía e Competitividade «As fundacións urbanas de *Callaecia* e a creación dun novo espazo administrativo» (HAR 2014-51821-P)

*Este volumen ha sido realizado dentro del Proyecto de Excelencia de I+D+i del Ministerio de Economía y Competitividad «Las fundaciones urbanas de Callaecia y la creación de un nuevo espacio administrativo» (HAR 2014-51821-P)*



DEPUTACIÓN  
DE LUGO



Publicacións



# O desenvolvimento do comércio no Noroeste a partir da conquista. O caso de *Bracara Augusta*\*

Rui Morais

Universidade do Porto/Flup/UI&D-CECH

## 1 PROLEGOMENA

Muito pouco se sabe sobre a fundação de *Bracara Augusta* e poucas são as referências literárias alusivas aos seus primeiros tempos. Plínio, em *História Natural* (4. 112), atribui-lhe o título de *Bracarum oppidum Augusta*, destacando-a das restantes sedes conventuais mais próximas, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. É possível que, à semelhança de outras cidades designadas como *Augustae* (*Augusta Emerita*, *Augusta Vindelicum*, *Augusta Taurinorum*, *Augusta Raurica*...), a cidade tenha decalcado o mesmo modelo. Trata-se, no entanto, de uma atribuição não oficial, tendo Plínio seguido uma qualquer fonte de informação que mencionava assim a cidade (Morais 2005a, 126-127), mas esta referência de Plínio permite-nos constatar que a urbe possuía nos seus primeiros tempos de vida o estatuto peregrino<sup>1</sup>.

Os achados arqueológicos romanos mais antigos permitem situar a origem da cidade no tempo de Augusto. A ele se deve, segundo a historiografia tradicional, a fundação das três capitais conventuais aquando da sua segunda viagem ao norte

---

\* Estudo integrado no âmbito do projeto PTDC/EPH-ARQ/5204/2012: Diálogo entre Ciências – Análise multidisciplinar das condições de navegabilidade e ancoragem durante o período Romano (Esposende).

<sup>1</sup> A criação de cidades privilegiadas era apenas prerrogativa do Senado, que as assinalava com nomes mais genéricos, frequentemente derivados de divindades ou expressivos de qualidades ou desejos positivos (Beltrán Lloris, 1992, 31-32).





Fig. 1: Cerâmica do Bronze Final.  
Necrópole dos Granjinhos, Braga

da Península, entre 15 e 13 a.C. A base do sistema foi a criação de *ciuitates*, entidades regionais com território e população bem definida, sob o ponto de vista administrativo, jurídico e político (Sastre, Beltrán, Sánchez-Palencia, 2010, 121). No entanto, a arqueologia não permite sustentar que a dita fundação tenha sido sincrónica e coincidente com a referida viagem. Pelo menos no caso de *Asturica Augusta*, a criação da cidade data da segunda década do séc. I d.C., momento em que o acampamento precedente foi desmantelado (Morillo, García Marcos, 2000, 598; Morillo, 2011, 20-21).

Sabemos, graças aos vestígios até à data recuperados, que o local onde mais tarde se fundaria a cidade de *Bracara Augusta* foi frequentado durante o Bronze Final, ao largo do I milénio a.C., provavelmente por núcleos familiares cujos habitats eram constituídos por cabanas de materiais precí-

veis. Destes vestígios refira-se um conjunto de fossas abertas no saibro, buracos de poste e cerâmicas, sugerindo um povoado de limitadas dimensões (1 a 1,5 hectares) situado no Alto da Colina da Cividade e presumíveis áreas de necrópole identificadas na zona dos Granjinhos (Bettencourt, 2000).

Vários têm sido os argumentos a favor de uma origem civil de *Bracara Augusta*, ao contrário do que teria ocorrido em *Asturica Augusta* y *Lucus Augusti*. *Asturica* tem, sem dúvida, a sua origem num acampamento militar (Morillo, García Marcos, 2000; Sevillano Fuertes, Vidal Encinas, 2002). Escavações recentes apontam para a existência de uma fase inicial de carácter militar durante as guerras cantábricas em *Lucus*, validada principalmente pela abundante presença de moedas do mesmo tipo. O dito acampamento haveria sido ocupado pela *legio VI victrix* (Rodríguez Colmenero, 1996). Contudo, no momento atual, carecemos de estruturas construtivas de acampamento e as evidências materiais são contraditórias (Morillo, 2002, 76).

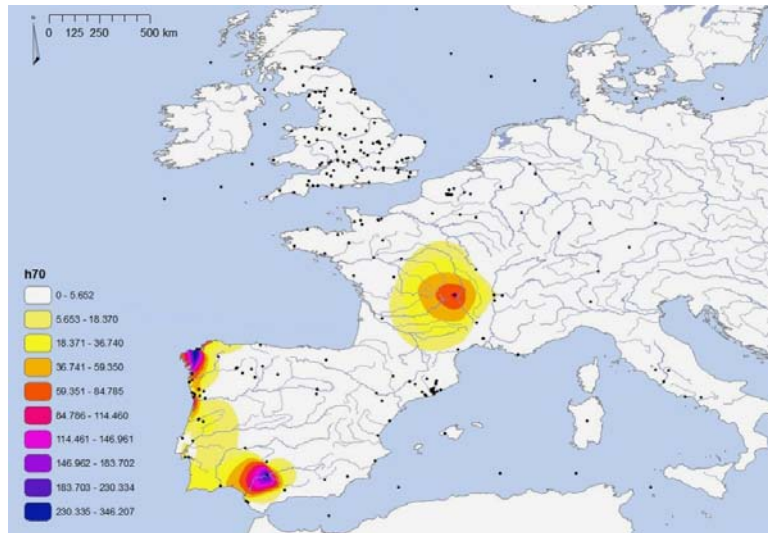
Não há dúvida que o território dos *Bracari* se viu envolvido indirectamente nas campanhas augustanas, desempenhando um papel de retaguarda durante o conflito. A sua proximidade geográfica com o território dos ástures, dotava-o de uma especial relevância estratégica.

Numerosas evidências apontam que o traçado da Via XVII do Itinerário de Antonino, e patente também na Tábua IV do Itinerário de Barro (Fernández Ochoa *et alii*, 2012, 151-179), que liga a *Asturia Augustana* e a *Gallaecia* meridional através da região de Trás-os-Montes, é uma das rotas romanas mais antigas de toda a região, possivelmente utilizada durante a conquista pelas tropas de Carisio (Morillo, García Marcos, 2009, 246; Morillo, 2012, e. p.). Assim o confirmam tanto a dispersão

Fig. 2: Possíveis acampamentos e campanhas militares associadas às Guerras Cântabras, segundo Ángel Morillo



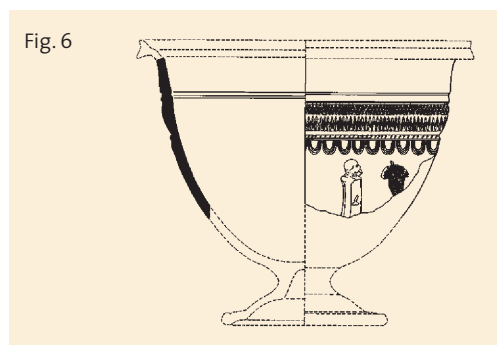
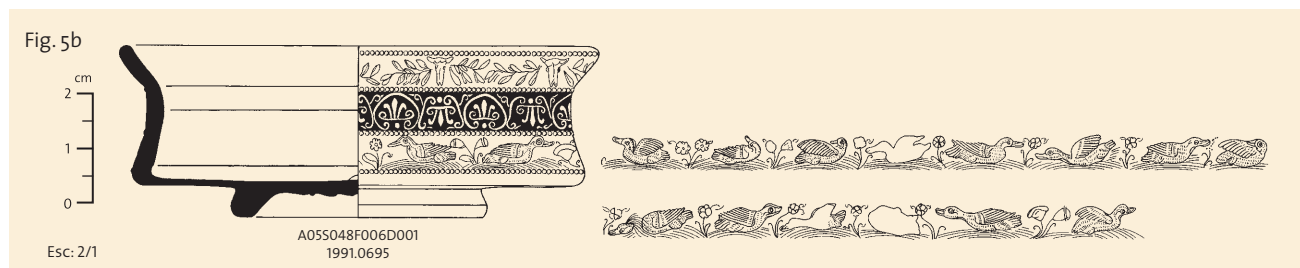
Fig. 3: Densidades de achados de Haltern 70



de restos numismáticos (Blázquez Cerrato, 2002), como os miliários augustanos e tiberianos (Lostal Pros, 1992, 270; Rodríguez Colmenero *et alii*, 2004, 156-210).

Morillo e Salido (2010, 147), apontam no mesmo sentido quando sugerem que os abundantes bens provenientes da Bética se canalizaram até este teatro de operações por via marítima até as Rias Baixas galegas e o percurso inferior do rio Minho, seguindo depois por via terrestre. Cremos que, se apreciarmos os dados da cultura material até à data identificados, esta hipótese está perfeitamente bem documentada, especialmente através da distribuição das ânforas Dressel 1 e Haltern 70 ao longo de toda a fachada atlântica, em particular no Noroeste da Península (Morais 2005b; ID., 2007, 99-132; Carreras, Morais 2011, 34-79; ID., 2012, 419-441).





Figs. 5a e 5b: Taça de prata

Fig. 6: Cálice augustano, do tipo Conspectus R 1.2, atribuído a M. Perenius Bargathes

Estas têm como local de fabrico os principais centros de produção itálicos ou de pequenas filiais a estes associados<sup>3</sup>. O conjunto de marcas e a análise dos vasos com decoração moldada parecem sugerir a hegemonia dos produtos fabricados em Arezzo e suas sucursais<sup>4</sup>. Tal situação explica-se pelo sucesso que em determinado momento este centro de produção obteve na comercialização dos seus produtos, particularmente abundantes nos mercados ocidentais e assegurando um lugar importante nos orientais. Em *Bracara Augusta*, à semelhança dos restantes

<sup>3</sup> À falta de análises laboratoriais para determinar a proveniência específica dos fragmentos recolhidos, a atribuição a determinados centros produtores baseia-se essencialmente no estudo das marcas de oleiro e, com maiores reservas, nos fragmentos decorados a molde.

<sup>4</sup> Esta situação é, aliás, concordante com a distribuição destes produtos na Península onde, contrariamente aos materiais de Haltern – cujas análises revelaram um predomínio dos produtos oriundos de La Murette, em Lyon (Lesfargues, Vertet, 1976) – regista uma notável difusão das produções de tipo aretino, especialmente no território costeiro mediterrâneo, litoral português e nas regiões do vale do Ebro e da região bética costeira (Beltrán Lloris, 1990, 74-75).

estabelecimentos estudados no actual território português, o quadro das importações de *sigillata* itálica dá-se entre finais do reinado de Augusto e reinado de Tibério. Este dado vem demonstrar que a importação desta cerâmica só teve significado económico durante este período (Morais, 2005b).

Para além daquelas cerâmicas, é também importante a presença de cerâmicas de paredes finas e de lucernas. As paredes finas estão representadas por uma apreciável diversidade de fabricos e formas, ainda que a maior parte corresponda a produções e decorações mais comuns. No contexto geral da importação de paredes finas na cidade, as de origem itálica são, efectivamente, as mais abundantes, a maior parte das quais oriundas da Etrúria e da Área Centro Ocidental do Vale do Pó.

As paredes finas mais antigas, com mais de sete dezenas de exemplares, são contemporâneas dos primeiros tempos de vida da cidade, no tempo de Augusto (*Ibidem*). As lucernas, com excepção de alguns exemplares béticos que se inspiram na forma Dressel 3, são de produção itálica e estão representadas por exemplares de volutas enquadráveis em tipo definidos nos inícios do século xx por S. Loeschcke.

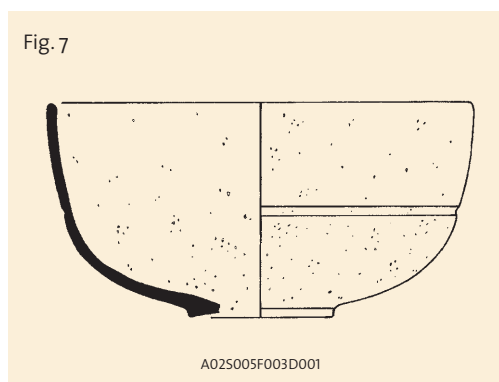


Fig. 7: Cerâmica de paredes finas augustana, forma XXXIII-XXXV, da área central do Vale do Pó



Fig. 8: Lucerna itálica de volutas do tipo Loeschcke IV



### 3 OS CONTEXTOS CERÂMICOS PROVENIENTES DE ÁREAS DE HABITAT. O EXEMPLO DA SONDAGEM N.º 8 DAS CAVALARIÇAS

Num estudo recentemente apresentado sobre os materiais provenientes de uma fossa para extracção do saibro, designada por Sondagem n.º 8 das Cavalariças, podemos ter uma ideia muito aproximada do tipo de materiais cerâmicos de importação e de produção regional que circulavam no primeiro quartel do século I e, em especial, à data de fundação da cidade (Morais, Fernández e Magalhães, 2012, 499-520). Nesta fossa, que se encontrava selada por um pavimento de terra batida (UE 2295), foi possível identificar três contextos datáveis: um primeiro, datado dos finais do reinado de Augusto, associado ao momento da construção de uma *insula* (UE 2301); um segundo, datado dos inícios do período flávio<sup>5</sup>, relacionado com um enchimento de nivelção para a construção de uma série de infra-estruturas de novas unidades habitacionais (UE 2300); um terceiro, de finais do século I, correspondente a uma vala de saque das estruturas associadas ao contexto anterior (UE 2294). Destes três contextos interessa-nos em particular o primeiro. Nas tabelas de contabilização apresentadas (n.º 2-4), constata-se a presença de cerâmicas finas (27 exemplares), lucernas (4 exemplares), ânforas (50 exemplares) e cerâmicas comuns e de cozinha (36 exemplares). As cerâmicas finas estão representadas por *sigillatas* itálicas, maioritariamente enquadráveis nos serviços Haltern I e II (Consp. 12, 18, 21, 22 e 23), e paredes finas do Vale do Pó (forma xxxiii-xxxv) e da Etrúria (viic, x, xib, fig. 9)<sup>6</sup>.

As lucernas, ainda que muito fragmentadas, são também de produção itálica, uma das quais integrável no tipo Loeschke I A (fig. 10). Nesta amostra são particularmente interessantes as ânforas, com destaque para as Haltern 70 de fabrico bético, com 32 exemplares (figs. 10-11). As restantes ânforas correspondem a produções peninsulares, designadamente da Bética (tipo *urceus*, Dressel 2-4 e Dressel 7-11), da Lusitania (Dressel 14 arcaicas) e da Tarraconense (possível Pascual 1). Pode ainda referir-se um exemplar proveniente da ilha de Ibiza (Pellicer 18) e vários fragmentos de parede muito provavelmente pertencentes a ânforas Ródias e a ânforas da ilha de Lipari do tipo Richborough 527 (fig. 11).

As restantes produções documentadas neste contexto de finais do período de Augusto pertencem a cerâmicas comuns e de cozinha, repartidas por produções importadas e de âmbito regional.

---

5 Contexto recentemente revisto pelo signatário em parceria com Ángel Morillo Cerdán (no prelo).

6 Documentou-se ainda um exemplar provavelmente tarraconense e outro de proveniência desconhecida.

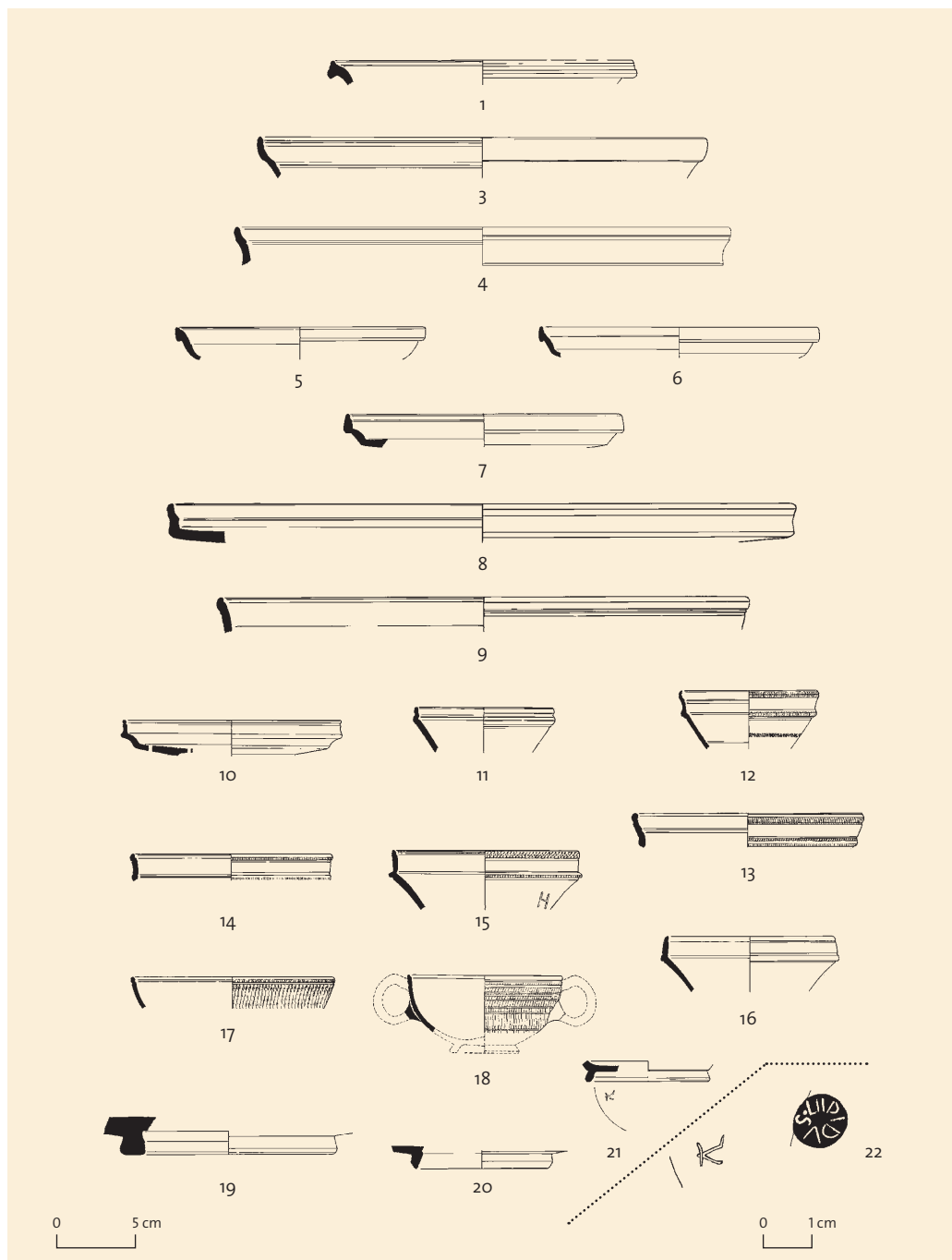


Fig. 9: Cavalariças (Braga). Terra sigillata itálica

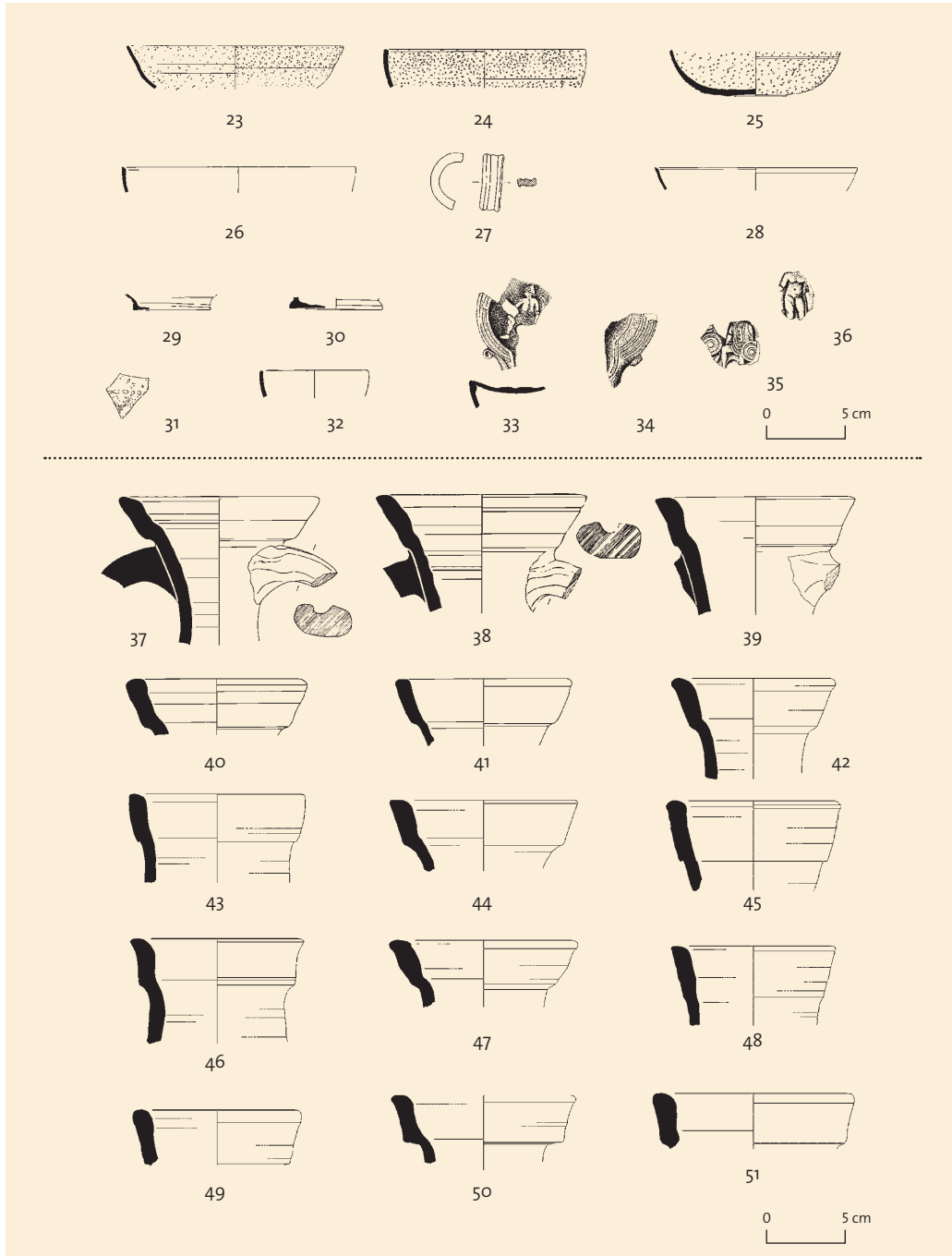


Fig. 10: Cavalariças (Braga). Cerâmicas de paredes finas, lucernas e ânforas (Haltern 70)

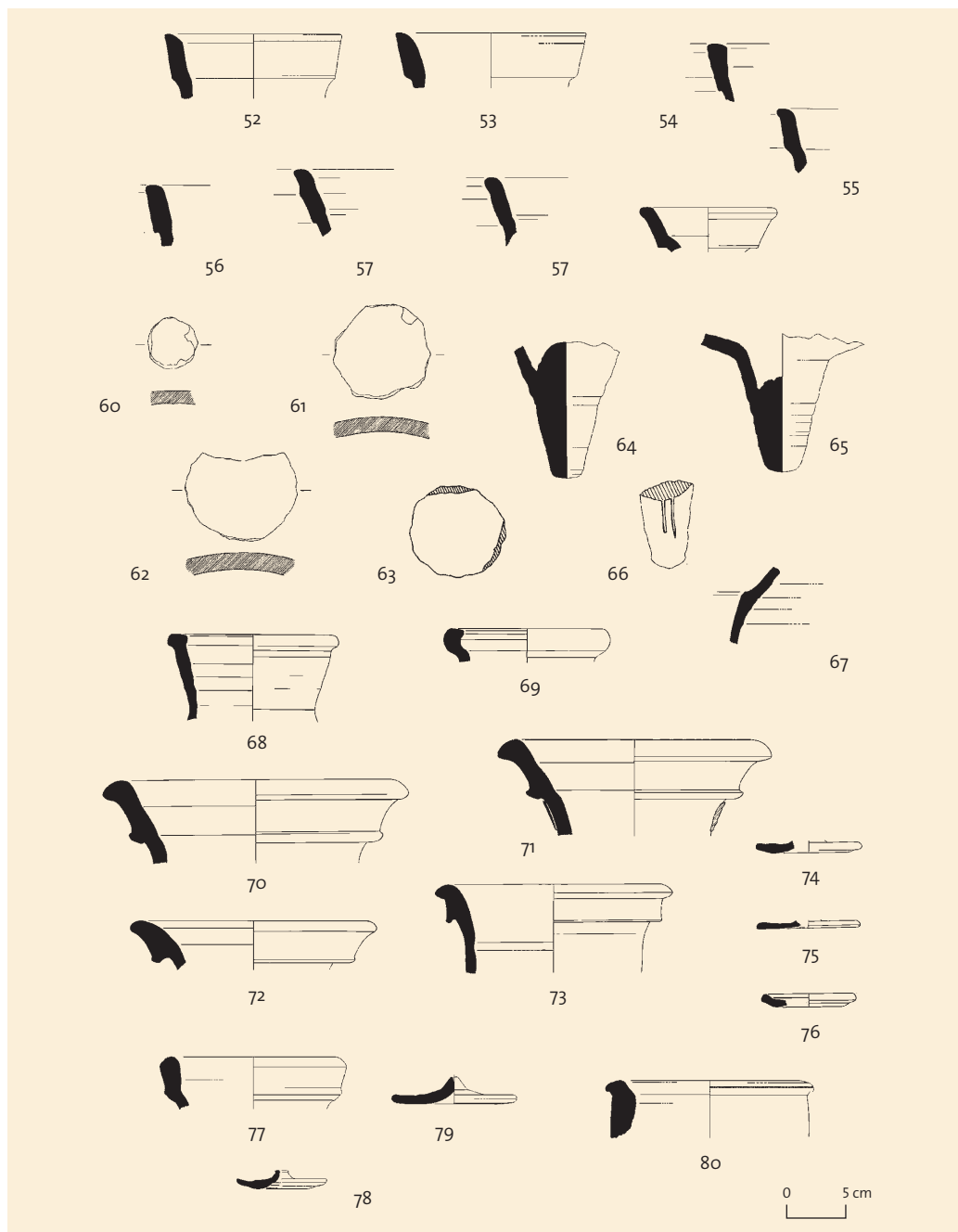


Fig. 11: Cavalariças (Braga). Ânforas (Haltern 70, tipo urceus, Dressel 2-4, Dressel 7-11, Dressel 14 arcaicas, Pascual 1, Pellicer 18, tipo Ródio e Richborough 527)



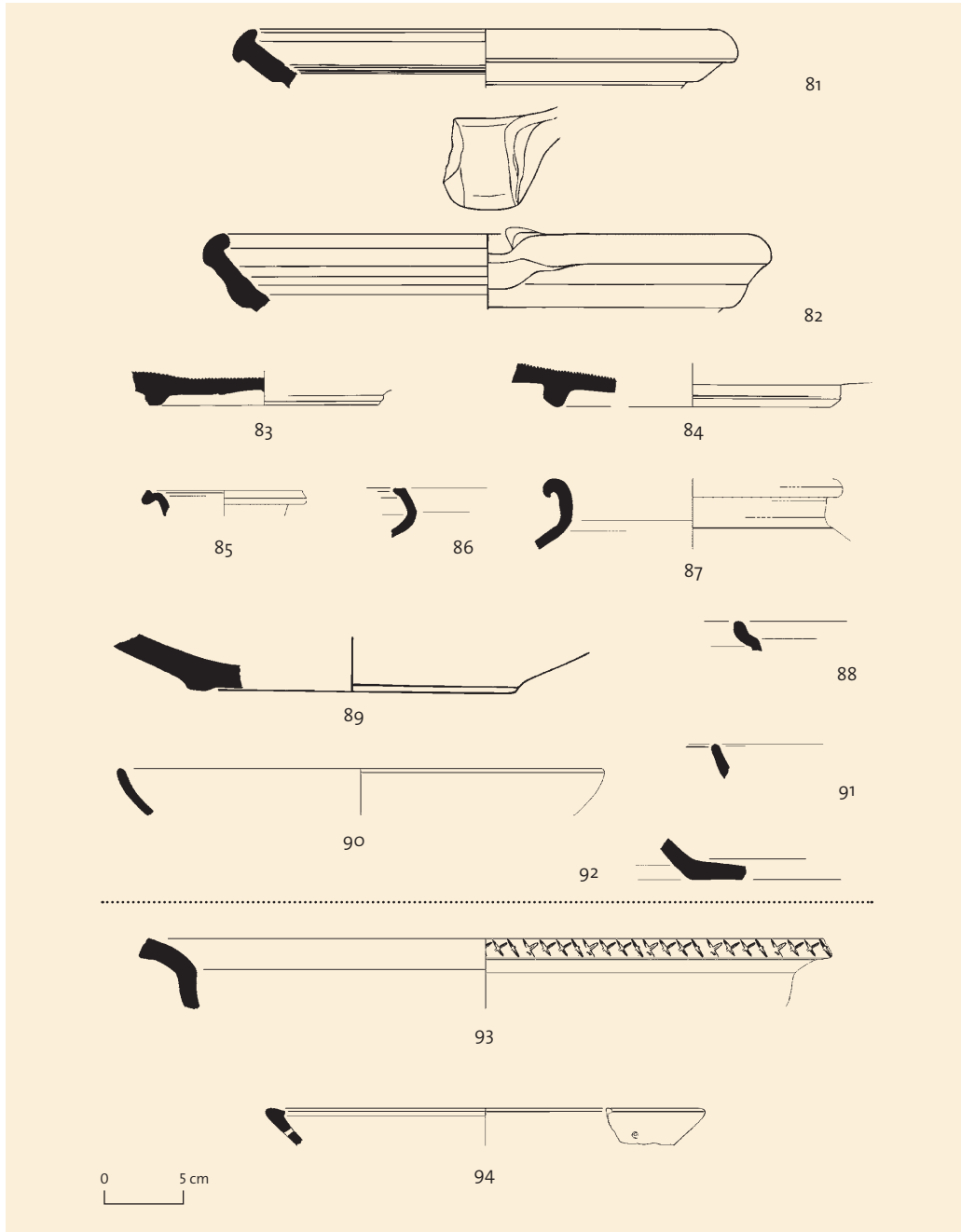


Fig. 12: Cavalariças (Braga). Almofarizes béticos e cerâmica de tradição indígena

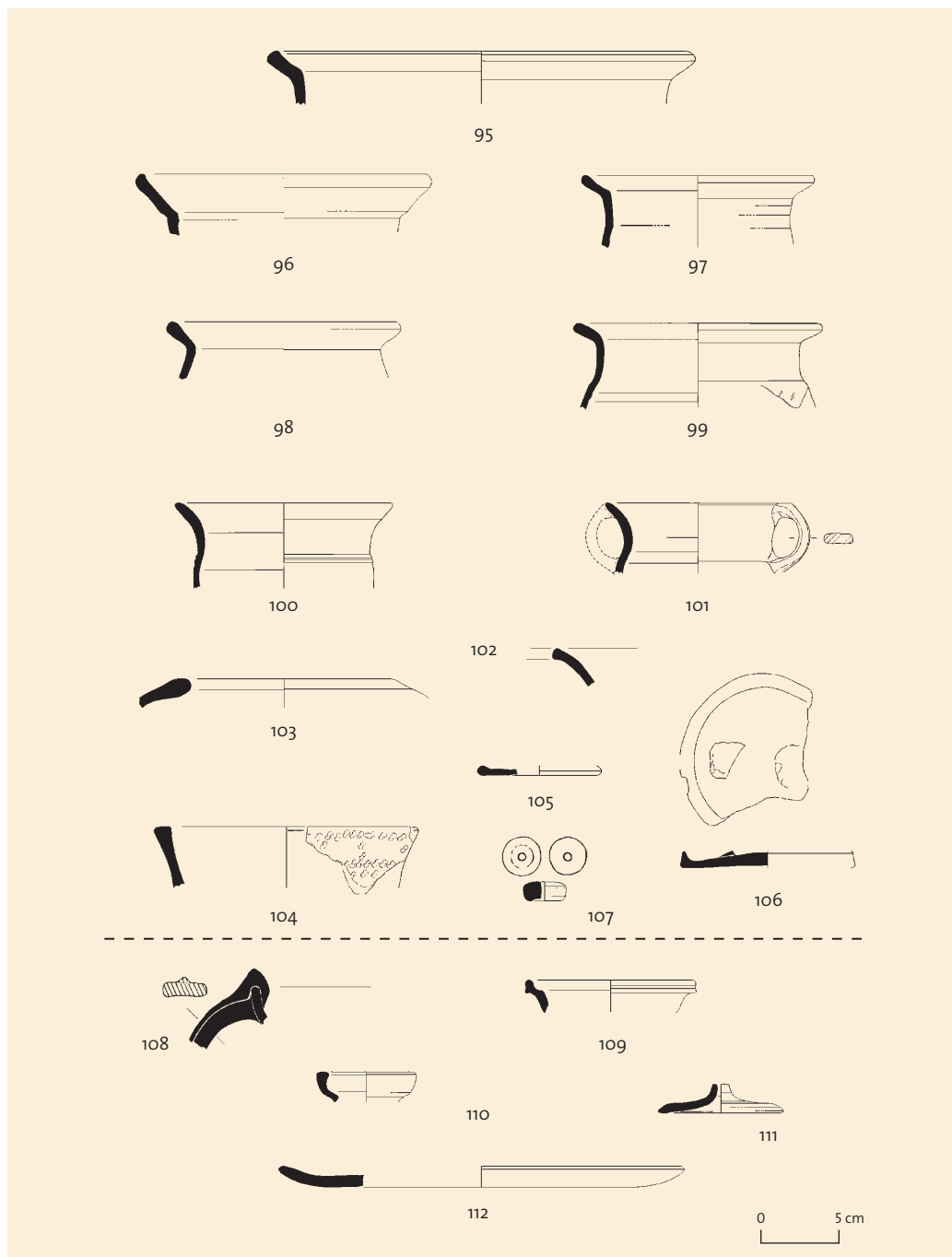


Fig. 13: Cavalariças (Braga). Cerâmica de tradição indígena e comum romana

As produções importadas provêm da Campânia (incluindo os célebres engobes vermelhos pompeianos), e peninsulares, de origem bético e lusitano, que certamente acompanhavam os carregamentos de ânforas oriundos dos mesmos lugares. As produções regionais estão maioritariamente presentes por cerâmicas de tradição indígena e, em menor medida, por peças de fabrico romano, das quais se destacam os potes, as taças e as grandes travessas, a par de algumas tampas e uma fusaiola (figs. 12-13).

Se complementarmos estes dados com os materiais encontrados nas necrópoles, que de seguida apresentaremos, obtemos informações preciosas sobre a economia da cidade nas primeiras décadas de vida<sup>7</sup>. Como iremos ver, a cidade, que se tornará mais tarde um dos mais importantes centros produtores de cerâmica na Península, esteve nos seus momentos iniciais dependente das importações de cerâmicas a longa e curta distância. Esta situação encontra paralelo na cidade romana de *Lucus Augusti* em que as cerâmicas presentes na designada primeira fase correspondem a produções saídas das olarias indígenas a par de formas romanas importadas de outras províncias (Alcorta, 1995, 201-226). A presença, já documentada em tempos (Morais, 2005b; ID., 2010a; Delgado, Morais, 2009, 13, 18-19, n.º 27), de uma talha de tradição indígena com a marca *CAMAL*, abreviatura de *CAMALVS*, um nome conhecido na onomástica indígena, frequente em *dolia* e inscrições lapidares e rupestres nos povoados do Noroeste, com destaque para a Citânia de Briteiros, representa mais uma evidência nesse sentido.

A este respeito não deixa de ser interessante a presença deste nome em inscrições funerárias encontradas na cidade<sup>8</sup>, sinal da estreita relação com as elites indígenas, a quem naturalmente interessou as vantagens associadas à criação do novo aglomerado. No mesmo sentido aponta o achado de duas *tegulae*, uma encontrada em Braga e outra proveniente de um acompanhamento arqueológico nas proximidades da cidade que ostentam a marca *SATVR* (= de *SATVRNINVS*), cognome igualmente associado à antroponímica pré-romana (Kajanto, 1982, 213, vid. Fig. 14 b-c).

Podemos encontrar esta mesma sigla, *SAT*, em escrita de tipo actuário, na parede de pequenos potes de engobe vermelho provenientes do povoado de S. Julião (Vila Verde, vid. fig. 14 d-e).

---

7 O estudo que efetuei das cerâmicas encontradas nas recentes escavações da necrópole da Via XVII possibilitou a publicação dos relatórios daquelas intervenções no seguinte endereço electrónico: <http://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm>.

8 Tranoy, Le Roux, 1989-90, 201, n.º 11; 212-213, n.º 3, Fig. 17; 216, n.º 4, Fig. 20; 220, n.º 2; 224-225 e 226.

Fig. 14a

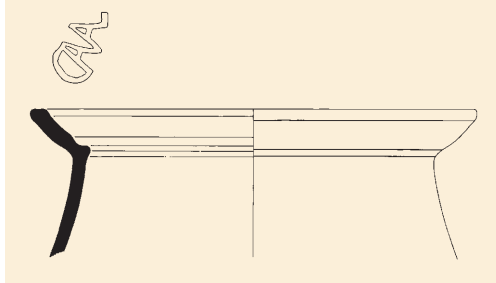


Fig. 14a: *Dolia* com a marca CAMALVS

Fig. 14b: *Tegulae* com a marca SATUR (de SATURNINVS)

Fig. 14c: *Tegulae* com a marca SATUR (de SATURNINVS)

Fig. 14d: Pote do povoado de S. Julião (Vila Verde) com o grafito SATUR (em nexo)

Fig. 14e: Pote do povoado de S. Julião (Vila Verde) com o grafito SATUR (em nexo)

Fig. 14b

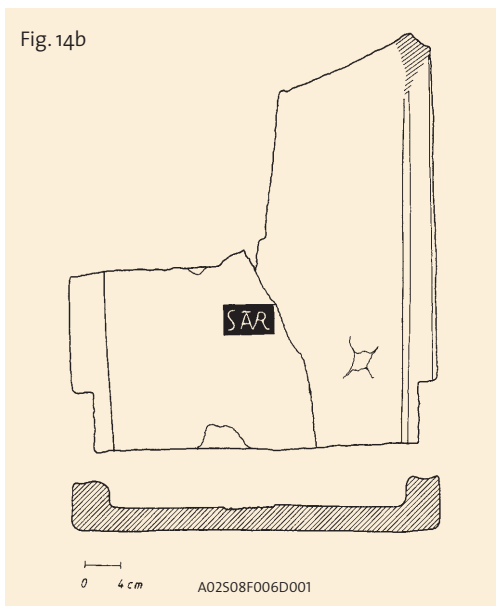


Fig. 14c

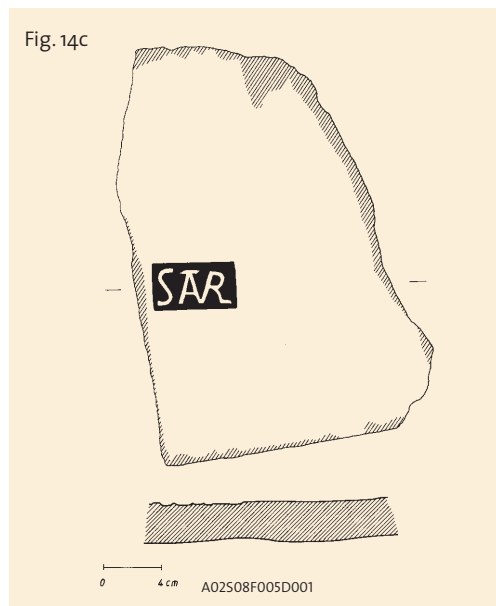


Fig. 14d

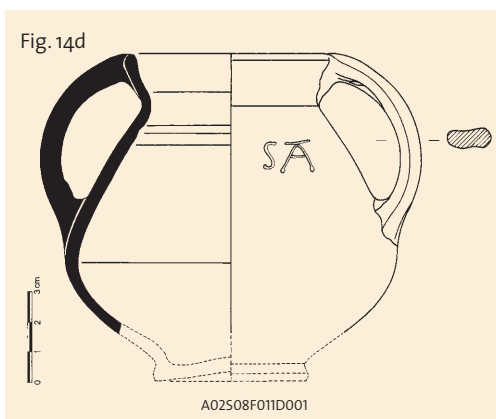
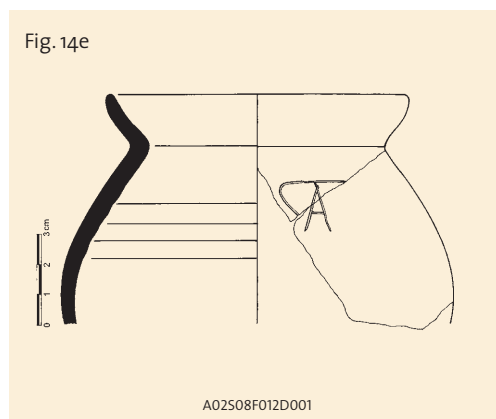


Fig. 14e





#### 4 OS CONTEXTOS CERÂMICOS PROVENIENTES DAS NECRÓPOLES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE VIDA. O EXEMPLO DA NECRÓPOLE DA VIA XVII

Como já referimos, os dados obtidos nas necrópoles são fundamentais para o conhecimento dos contextos cerâmicos desta cidade romana ao longo de todo o período imperial. Como importante centro viário, a cidade romana de *Bracara Augusta* contava com uma série de vias que a ligavam às principais cidades do Noroeste e ao Sul da Península (fig. 15). Associadas a essas vias existiam seis necrópoles: a necrópole de Maximinos, provavelmente associada à Via XX, *per loca marítima*; a necrópole da Via XVII, que jaz maioritariamente no subsolo da Avenida da Liberdade, no Largo Carlos Amarante e na Cangosta da Palha<sup>9</sup>; a necrópole da Rodovia, na zona sudeste da cidade romana, associada à porta sul e à saída da Via XVI; a necrópole do Campo da Vinha, provavelmente pertencente à Via XIX que ligava a cidade a Lugo, por Ponte de Lima e Valença (ainda mal definida); a necrópole da Via Nova, situada na parte noroeste da Avenida Central e que parece assinalar a Via XVIII; e, por fim, a necrópole de S. Lázaro, que poderá associar-se a uma saída da cidade a sudeste e que seguia em direcção a Mérida, por Viseu (esta é a única via que não vem referida no Itinerário de Antonino, vid. Martins, Delgado, 1989-90, 41-186; Martins, 2000, 47-54).

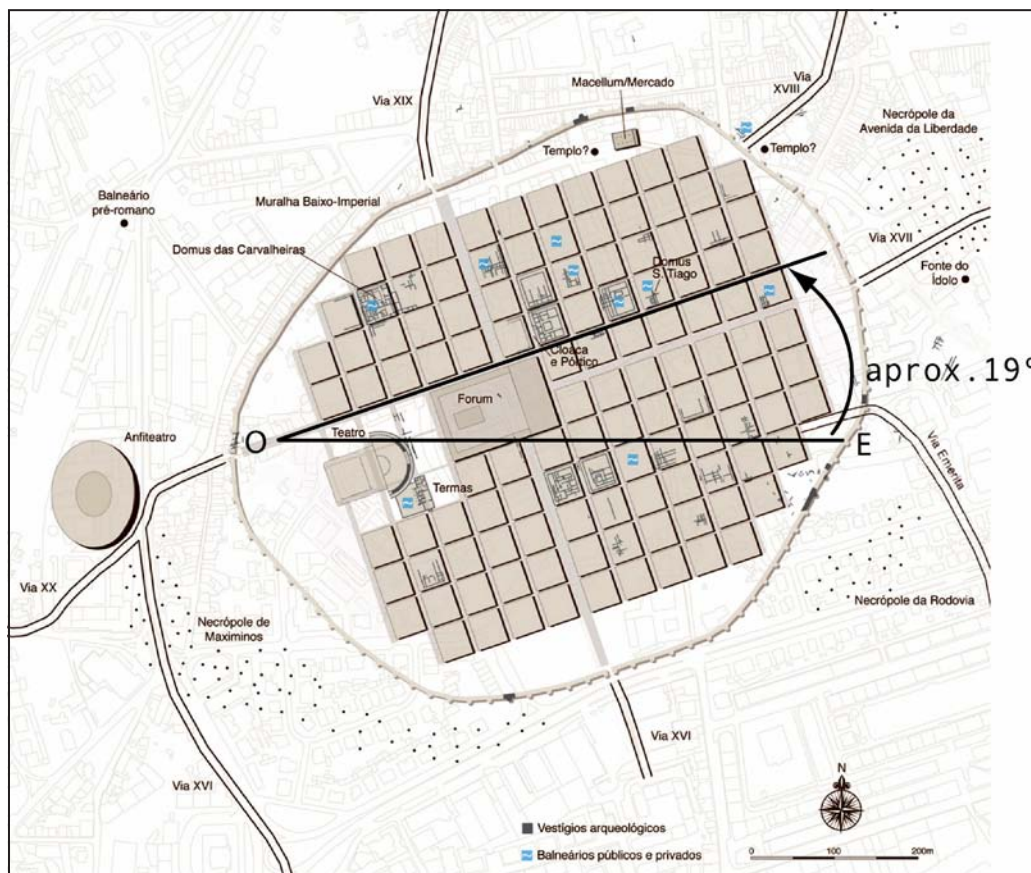
Neste estudo apresentam-se os materiais provenientes das tumbas mais antigas detectadas nas recentes escavações realizadas na necrópole da Via XVII, datadas desde a transição de Era até meados do século I. A análise deste espólio permite-nos obter uma ideia precisa do tipo de peças utilizadas no âmbito funerário (figs. 16-20). Com excepção de três sepulturas documentadas na intervenção designada por *Interligação* (sepulturas 5, 18 e 22), os enterramentos provêm da intervenção conhecida como *CTT* (sepulturas 2, 27, 90, 91, 97, 112, 183, 187, 188 e 199).

As cerâmicas encontradas nestes enterramentos correspondem a potes de produção regional, com bordos esvasados, que foram utilizadas como urnas funerárias (sepulturas 12, 13, 20, 25 e 26). Uma destas sepulturas, a n.º 18, continha um pote/urna ainda com a respectiva tampa, feita no mesmo fabrico. A par destes potes/urnas também se documentam nestes enterramentos outras peças cerâmicas que encontram paralelo em exemplares recuperados em povoados castrejos. Damos, como exemplo, a sepultura número 2, na qual se recuperou, junto a uma

---

<sup>9</sup> A continuação desta necrópole foi identificada na freguesia de S. Vítor com sepulturas datadas de todo o período imperial. Neste núcleo foi inclusivamente encontrada uma estrutura que Sande Lemos interpretou como sendo um Mausoléu.

Fig. 15: Malha urbana e Necrópoles de *Bracara Augusta*



lucerna importada e um conjunto de contas de colar, um pequeno potinho<sup>10</sup> idêntico aos que aparecem na Fase II (IV-II a.C.) do Castro da Pena (Silva, 2007, est. XLV, n.º 3). O mesmo se pode dizer, ainda que não tivéssemos encontrado paralelos claros, relativamente a uma jarra da sepultura 27 que apresenta características próprias de peças da Idade do Ferro<sup>11</sup>. Mais claramente assimilável ao mundo castrejo é a jarra encontrada na sepultura 183, conhecida como «jarra lusitana» (Tipo C2b de Silva, 2007), uma das formas mais comuns na Fase III (século I a.C.-século I d.C.), em numerosos povoados da zona bracarense (Silva, 2007; Fernández, 2009). O mesmo se pode dizer do vaso de perfil campaniforme encontrado na sepultura 187 que apresenta um engobe vermelho na superfície externa.

<sup>10</sup> Não podemos precisar se foi usado como urna cinerária.

<sup>11</sup> Pasta micácea, paredes grossas e toscas, com alisado exterior.

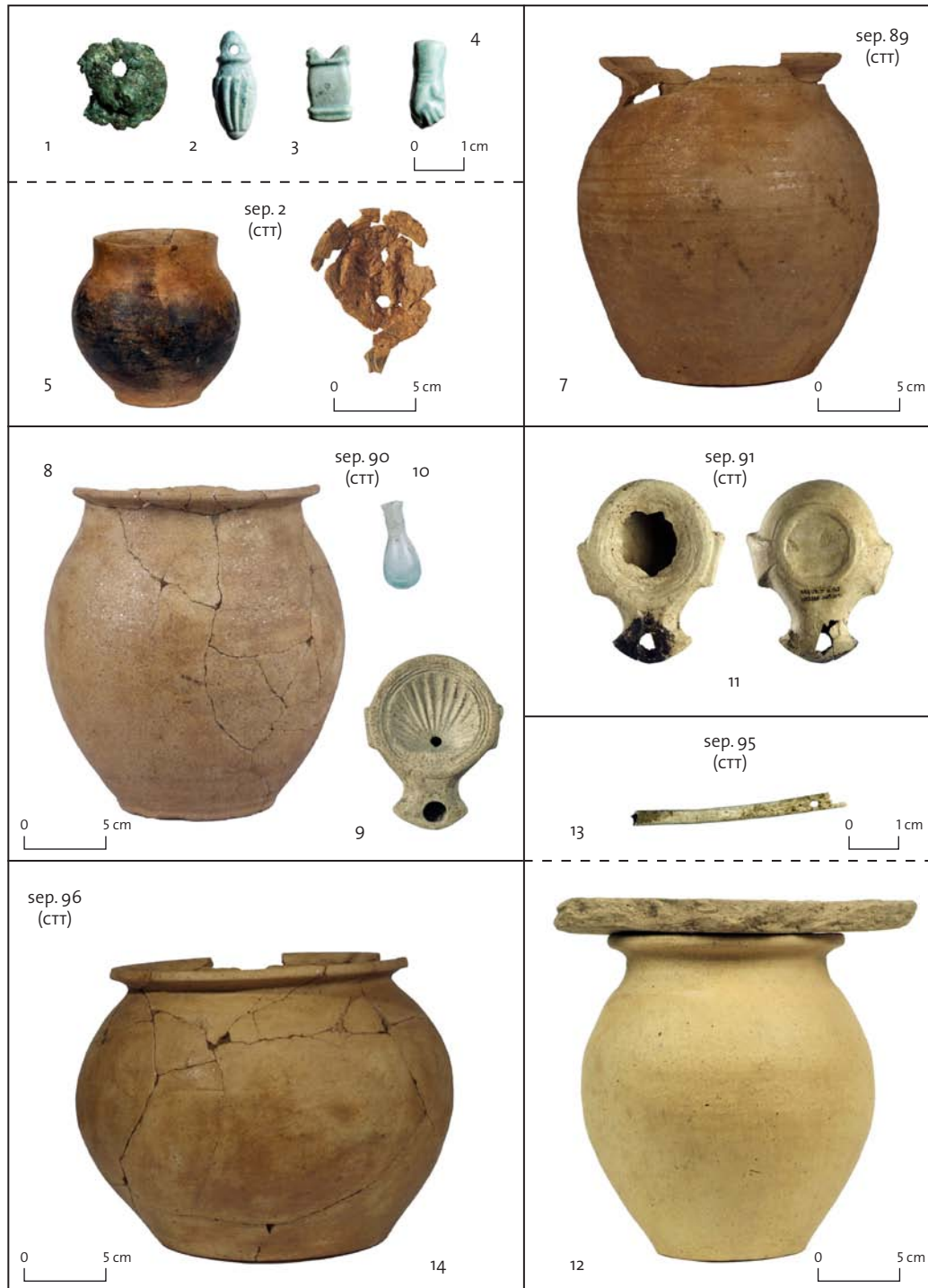
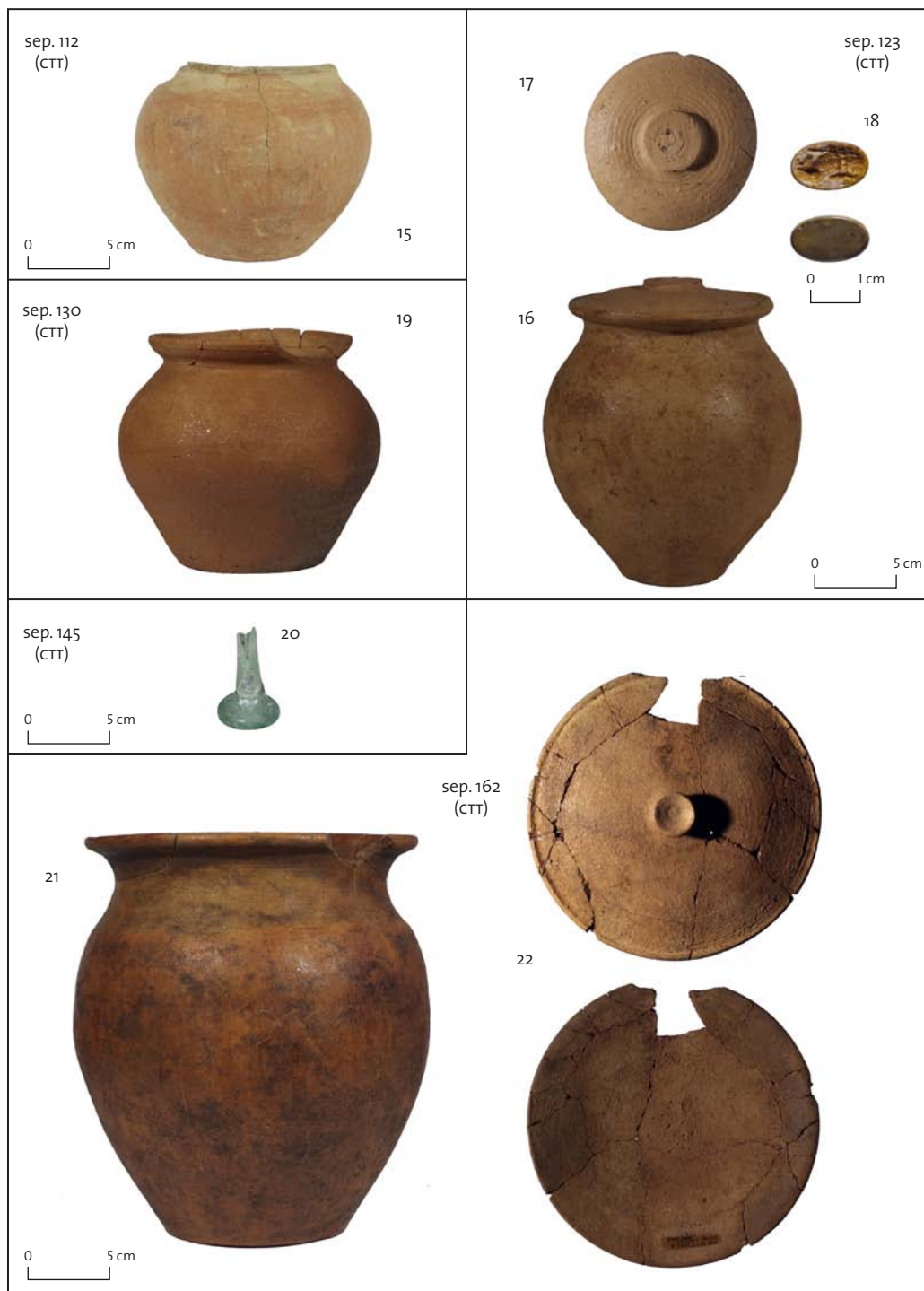


Fig. 16: Necrópole da Via XVII (sepulturas 2, 89 a 91, 95 a 96)

Fig. 17: Necrópole da Via XVII (sepulturas 112, 123, 130, 145, 162)





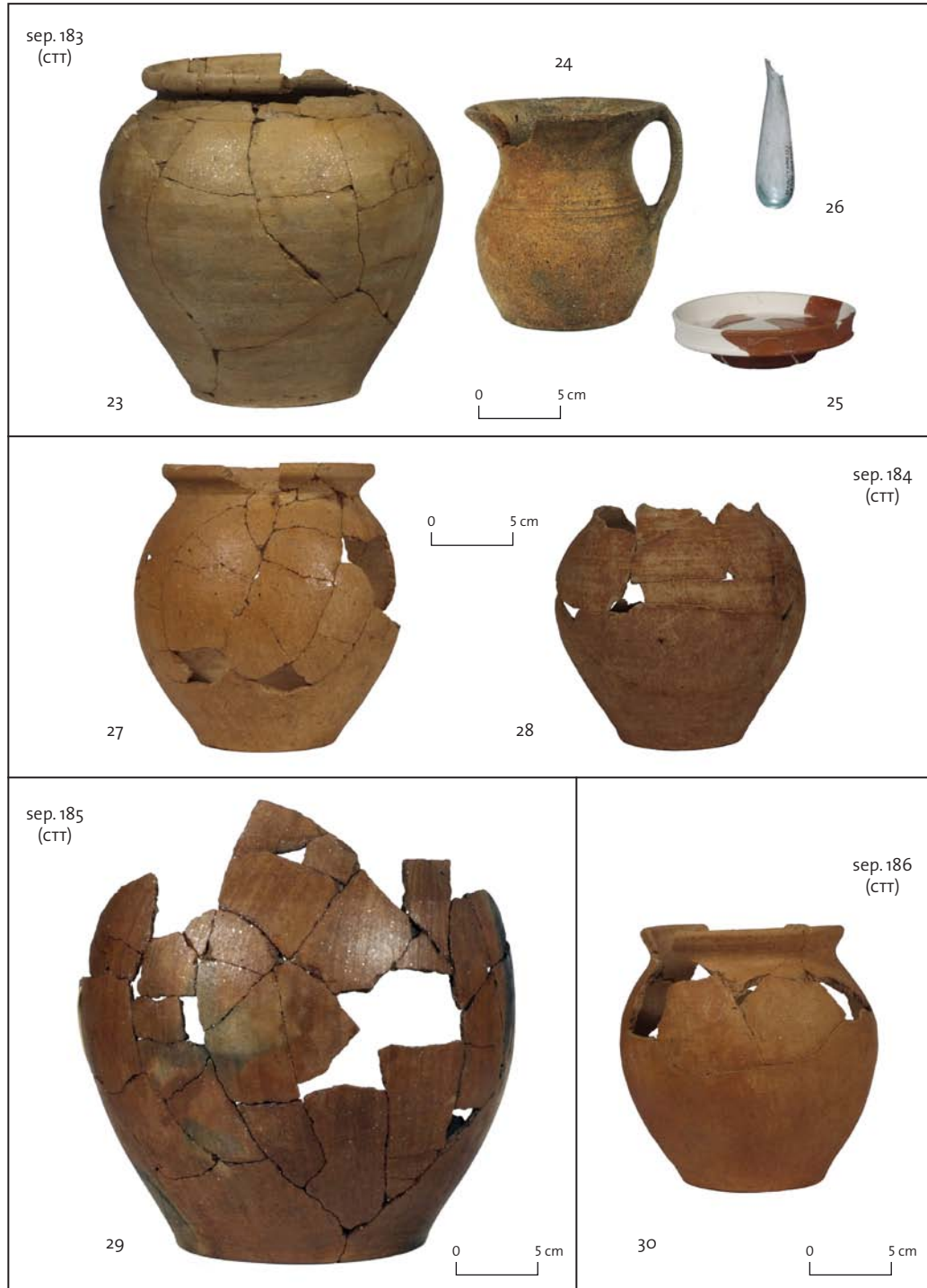


Fig. 18: Necrópole da Via XVII (183 a 186)

Fig. 19: Necrópole da Via XVII (sepulturas 187 a 188, 190, 199)

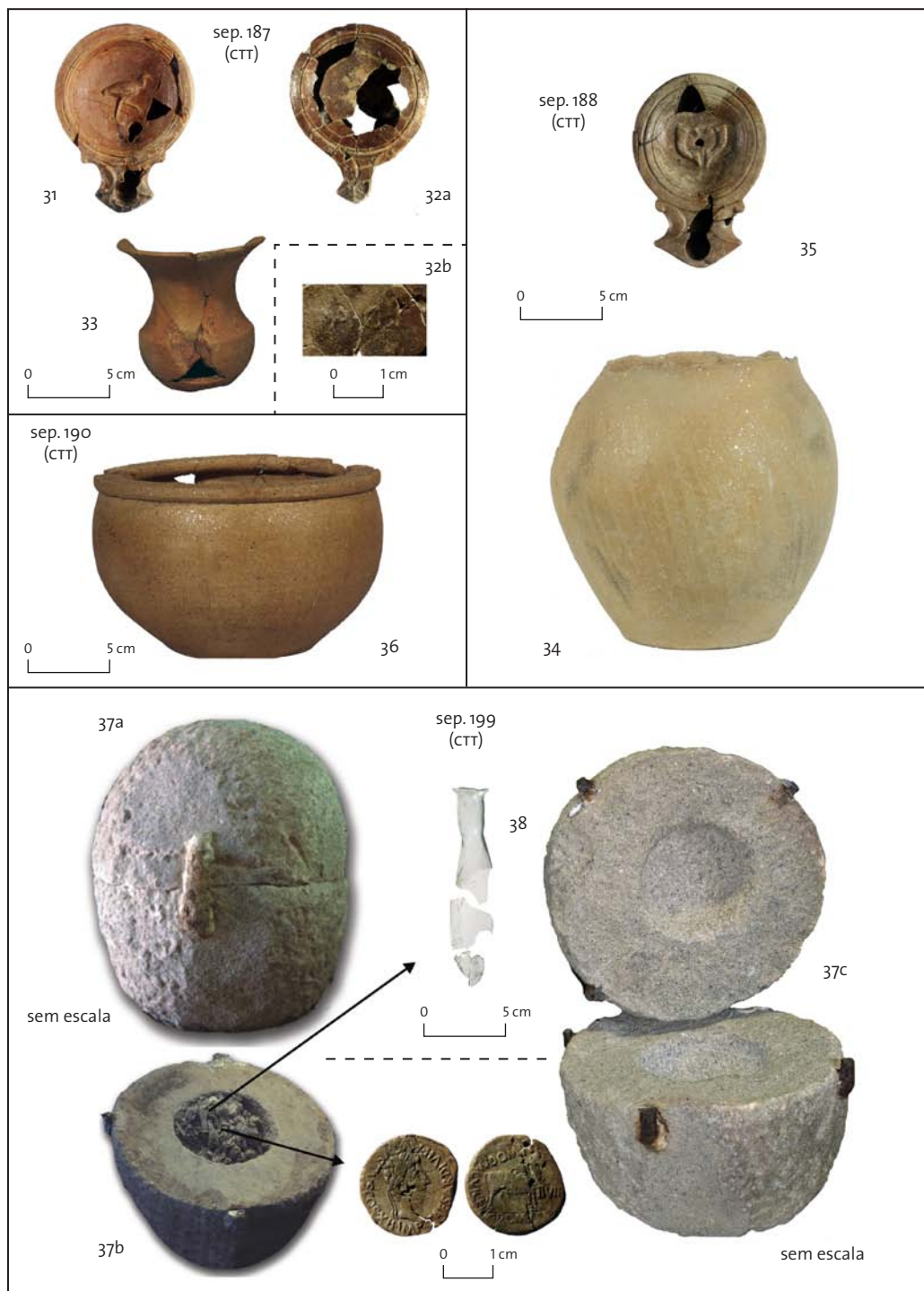




Fig. 20: Necrópole da Via XVII (sepulturas 5, 18, 22)

Em algumas tumbas, no interior de urnas ou associadas a elas, foram recuperados outros materiais como unguentários de vidro e lucernas importadas (sepulturas 2, 90, 91, 187 e 188). Os unguentários são de cor azulada, com forma ovóide ou em gota, semelhantes aos tipos Isings 8, genericamente datados do século I (Isings, 1957). Este tipo de unguentários são comuns em acampamentos romanos do limes, como é o caso de Vindonissa (Berger, 1960, 74-77, Taf. 12, 186-187). Como referimos, as lucernas encontradas nas necrópoles dos primeiros tempos de vida da cidade são importadas. As mais antigas são de proveniência itálica e caracterizam-se por possuir um *rostrum* triangular, uma orla estreita e horizontal, separada do disco por um número variável de molduras de transição e pela ausência de asa. As primeiras, atendendo à relação existente entre a separação das volutas e os vértices do bico, enquadram-se nas formas Loeschcke IA, datadas do período de Augusto-Tibério e, a segunda, da forma Loeschcke IB, datada da época de Tibério até finais do reinado de Cláudio (Morillo, 1999, 71). Como é habitual neste tipo de lucernas, os discos são grandes e côncavos, com decoração em alto-relevo — uma ave (íbis?) situada à direita; Vénus nua, sentada à direita e de perfil, com Eros situado à sua esquerda; duas cornucópias da abundância estilizadas. Uma outra lucerna, encontrada na sepultura 187 — junto à lucerna já referida com a representação de uma ave no disco — possui um *rostrum*

idêntico às lucernas de volutas mas, ao contrário do que é habitual, não apresenta as volutas superiores, facto que nos leva a integrá-la nas chamadas «variantes raras» da forma Loeschcke I. Na base apresenta uma marca com letras retrógradadas em relevo ·A·D·I. Conhecem-se marcas idênticas em produções de *Lucivs Munativs Adiectvs*, oleiro que possivelmente trabalhou para um proprietário ou *patronus* que encarregava os seus libertos da gestão de várias oficinas (Bailey, 1980, 98; Morillo, 1999, 297). A circunstância destas marcas aparecerem sobre lucernas datáveis desde finais do período flávio até o reinado de Antonino leva-nos a pensar que se trata de outra oficina que produzia na região centro-itálica no período de Augusto-Tibério.

As outras lucernas, integradas nas chamadas «derivadas da forma Dressel 3», são, como já referimos, de produção hispânica, claramente inspiradas em modelos itálicos. Estas possuem características morfológicas muito peculiares já que, para além do corpo troncocónico de paredes altas e rectas, apresentam aletas laterais situadas nas proximidades do *rostrum*. Como é habitual, o disco destas lucernas é côncavo e está decorado com uma concha cujos raios partem do orifício de alimentação. Uma delas apresenta no fundo exterior uma marca de oficina, neste caso assinalada com a letra M. A pasta de cor creme ou bege claro e porosa, parece indicar-nos uma proveniência bética, onde se conhecem vários centros produtores, como Andújar (Sotomayor *et alii*, 1976, 139, nota 51; Sotomayor *et alii*, 1981) e Córdoba (Amaré, 1988-89; Bernal, 1993, 214-215; Bernal, García Giménez, 1995, 178; García Giménez *et alii*, 1995), ainda que também se tenha documentado uma produção em *Emerita Augusta* (Rodríguez Martín, 1996, 143-144). Segundo Morillo (1999, 100, 104), estas lucernas podem situar-se nos reinados de Tibério e Cláudio, num momento em que cessam as importações itálicas.

Apenas na sepultura 183 se documentou a presença de cerâmica fina importada, em concreto uma taça da forma *Consp.* 20.3, datada entre a transição de Era e o ano 30 d. C. (Ettlinger *et alii*, 1990).

Pela sua singularidade, destacam-se as sepulturas 2 e 199. A sepultura 2 destaca-se pela qualidade e raridade do seu espólio: a par de um potinho de tradição indígena e uma lucerna itálica, recuperou-se uma peça de bronze perfurada e três contas de faiança egípcia possivelmente pertencentes a um colar depositado como oferenda. Na sepultura 199, recuperou-se a já referida urna em granito selada por grampos de chumbo que encontra paralelos em urnas encontradas na necrópole de Uxama (Abásolo, 2002, 152) e Poitiers (Simon-Hiernard, 1990). Uma vez aberta, a urna continha uma moeda e um unguentário de vidro importado do tipo Isings 8, em forma de gota e de cor verde azulado. A moeda dá-nos uma datação muito precisa: trata-se de um *Aes* de Augusto da casa da moeda de *Colonia Victrix Iulia Celsa*, datada entre o ano 5 e 3 a.C. (*RPC* I, 278), ainda que o seu desgaste aponte para uma circulação situada nos finais do reinado de Augusto.



## 5 O NAUFRÁGIO BÉTICO AUGUSTANO DE ESPOSENDE

A apreciação sobre a presença de produtos importados na área do *conventus*, em particular ao longo da sua orla costeira e sítios facilmente abastecimentos por via fluvial, como é o caso de *Bracara Augusta*, ficaria incompleta se não tivéssemos em consideração os achados que nas últimas décadas temos vindo a documentar em meio aquático. Para além daqueles conhecidos nas Rias Baixas referidos por Naveiro (1991), temos vindo a registar a presença de naufrágios a sul do rio Minho, em particular na orla litoral de Esposende, que correspondia em época romana a uma zona lagunar (Granja, 1999; Soares de Carvalho *et alii*, 2006, fig. 21).

De entre os vestígios identificados destacam-se as descobertas arqueológicas da Praia de Rio de Moinhos, local onde se recuperou um elevado número de fragmentos de cerâmica bética proveniente de um naufrágio datado da época de Augusto, recolhidos em 2005 (Morais, Helena, Morillo Cerdán, 2011). De acordo com os fragmentos cerâmicos recuperados é provável que a carga principal desta embarcação fosse constituída por ânforas, todas elas de origem bética, com particular destaque para as do tipo Haltern 70 fabricadas no Guadalquivir (Est. I, n.ºs 1-19., Fig. 22). Como carga secundária, recolheram-se ainda alguns fragmentos de ânforas de produção gaditana do tipo Dressel 7-11 (Est. II, n.ºs 20-26) e de ânforas do Guadalquivir de tipo *urceus* (Est. II, n.ºs 27-34), associadas a cerâmicas comuns igualmente béticas (Est. III, n.ºs 37-51), incluindo dois fragmentos de bordo de *doliola* (Est. II, n.ºs 35-36, Fig. 23)<sup>12</sup>. A presença de dois fragmentos de cerâmica comum itálica (Est. III, n.ºs 52-53), associados a fragmentos de paredes finas fabricadas na Etrúria (Est. III, n.ºs 54-57), na região Centro Itálica (Est. III, n.ºs 58-60) e na Campânia (Est. III, n.º 61), permitem datar este conjunto do período de Augusto (fig. 24).

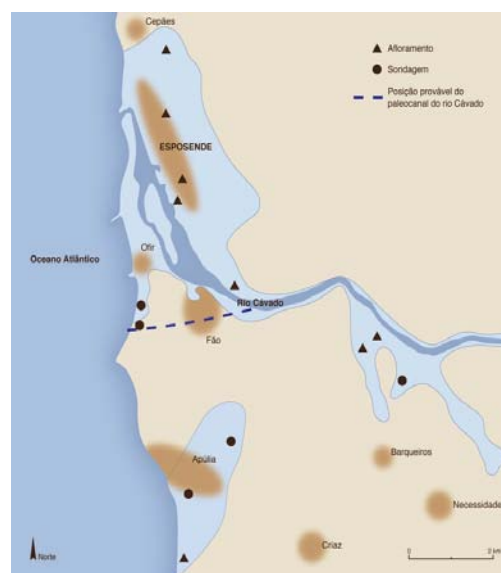


Fig. 21: Paleoestuário do Cávado no período romano (área lagunar de época romana assinalada a azul)

<sup>12</sup> Análises químicas, realizadas no Departamento de Química da Universidade do Minho, aos fragmentos de *dolia* e a fragmentos de ânforas Haltern 70 e tipo *urceus* revelaram a mesma proveniência.



Fig. 22: Ânforas Haltern 70 do naufrágio bético augustano de Esposende



Fig. 23: Ânforas Dressel 7-11 e de tipo urceus e dois doliola béticos do naufrágio bético augustano de Esposende



Fig. 24: Cerâmicas comuns da bética e cerâmicas comuns e paredes finas itálicas do naufrágio bético augustano de Esposende

O conteúdo original destas ânforas foi determinado através de análises químicas aos resíduos orgânicos existentes num fragmento do bordo de uma ânfora do tipo *urceus* e num fundo de uma ânfora Haltern 70. Tais análises, por cromatografia gasosa com espectrometria de massa acoplada (GC/MS), permitiram a identificação de vinho adocicado no fragmento de tipo *urceus* e de *defrutum* no fragmento de Haltern 70 (Oliveira *et alii*, 2013, 263-281).

O predomínio de Haltern 70 neste naufrágio não surpreende. Na verdade, estas ânforas são abundantes em toda a fachada atlântica, com particular destaque no Noroeste Peninsular, área onde se constata uma proporção extraordinariamente alta, podendo atingir cerca de 60 a 70 % do total de ânforas em determinados locais (Carreras, Morais, 2004, 93-112; ID., 2012, 431; 433, fig. 11).

O período de Augusto, como referimos, data em ocorreu o naufrágio de Rio de Moinhos, representou um ponto de viragem fundamental no contexto da economia e comércio do mundo antigo, fruto da intensificação do tráfego marítimo e da reorganização administrativa das províncias, com a consequente descentralização do sistema financeiro e o crescimento das exportações provinciais. Naquele momento, as zonas costeiras da fachada atlântica, em particular do Noroeste, sofreram um forte impulso económico resultante da extracção das suas riquezas mineiras que começaram a ser exploradas imediatamente após o fim das Guerras Cantábricas (Blázquez, 1978, 82).

A importância deste achado fazia adivinhar a possibilidade de podermos ser surpreendidos com outros vestígios relacionados com naufrágios. E, de facto, assim aconteceu quando janeiro de 2012 apareceram vestígios na Praia de Belinho de um outro possível naufrágio de origem bética com um carregamento maioritário de ânforas Dressel 7-11. A presença de fragmentos Haltern 70 e Dressel 20 apontam para um período de meados do século I.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da economia e do comércio nos primeiros tempos de vida da cidade, ainda que apenas baseado no espólio cerâmico, revela que esta desde cedo se abasteceu de produtos importados. Acreditamos que esta realidade só foi possível graças às facilidades logísticas proporcionadas pelos romanos e sua posição geográfica privilegiada do local, beneficiária de uma verdadeira plataforma viária (terrestre, fluvial e marítima). Como vimos, a presença de uma rara inscrição alusiva



à presença de *negotiatores* no período de Cláudio e a existência de naufrágios ao longo da costa do *conventus* é disso testemunho.

Nos contextos arqueológicos mais antigos de época romana até à data identificados em Braga, designadamente aqueles provenientes das necrópoles, possibilitam boas sequências estratigráficas e, como é habitual, a exumação de cerâmicas em perfeito estado de conservação. Graças ao cruzamento comparativo destes dados podemos melhorar o nosso conhecimento sobre os contextos cerâmicos da transição de Era e da primeira metade do século I. Como podemos observar, no âmbito das produções regionais, as peças correspondem a potes, jarras e jarrinhos de duas asas. Os restantes materiais, exceptuando as moedas, as contas de colar e a peça de *sigillata* itálica, estão representados por vidros e lucernas de importação. Esta circunstância é muito interessante, na medida em que revela que a cidade não possuía olarias e estava dependente dos tradicionais centros de abastecimento de época pré-romana, ou seja dos povoados castrejos próximos da cidade. As cerâmicas utilizadas pela população da nova urbe são peças com formas de tradição indígena, com pastas micáceas idênticas às documentadas na Fase III dos povoados castrejos, usadas na vida diária — para comer, cozinhar, armazenar, etc. — mas também utilizadas como urnas cinerárias ou como parte das oferendas funerárias.

A análise e contextualização estratigráfica dos materiais encontrados na fossa da sondagem n.º 8 das Cavalariças, com materiais datáveis dos finais do reinado de Augusto (Morais, Fernández, Magalhães, no prelo), permite constatarem a mesma tendência, ao documentar-se, a par de numerosas produções importadas (cerâmica fina, paredes finas, cerâmica comum e lucernas itálicas, cerâmica comum e ânforas da Bética: Haltern 70, tipo *urceus* e Dressel 7-11), um importante grupo de cerâmica de tradição indígena, cujos tipos estão presentes nos povoados castrejos da região, e apenas uns fragmentos de cerâmica que podem ser considerados «romanos» (menos de 2% do total).

Com excepção das lucernas e da peça de *sigillata* itálica da sepultura 183, os outros materiais importados — como no contexto da sondagem n.º 8 das Cavalariças — bem representados em contextos habitacionais da cidade neste período, estão ausentes dos contextos funerários. Esta situação demonstra que nas primeiras décadas da cidade existiu uma tendência da população local para depositar as cinzas em potes/urnas e outras peças de tradição indígena.

## Bibliografia

- ABÁSULO, J. A. (2002): «El Mundo Funerario Romano en el Centro y Norte de Hispana: aspectos diferenciales», en D. Vaquerizo (ed.): *Actas del Congreso Internacional Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*. Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba, vol. I, Córdoba, pp. 145-162.
- ALCORTA IRASTORZA, E. J. (1995): «Avance al estudio de la cerámica común romana de cocina y mesa de *Lucus Augusti*», en *Cerámica comun romana de época imperial a la Península Ibérica. Estat de la qüestió*, Monografies Ampuritanes VIII, Empúries, pp. 201-226.
- ALFÖLDY, G. (1966): «Un 'cursus' senatorial de *Bracara Augusta*», *Revista de Guimarães* 76, pp. 363-372.
- AMARÉ, M.<sup>a</sup> T. (1988-89): «Notas sobre un posible taller de lucernas romanas en Córdoba», *Ifigea* V-VI, pp. 103-115.
- BAILEY, D. M. (1980): *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, 2, Roman Lamps in Italy*, Londres.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1992): «*Caesar Augusta*, ciudad de Augusto», *Caesaraugusta* 69, pp. 31-44.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990): *Guia de la cerámica romana*, Zaragoza.
- BERGER, L. (1960): *Römische Gläser aus Vindonissa. Veröffentlichungen der Gesellschaft Pro Vindonissa*. Band IV, Basel.
- BERNAL, D. (1993): «Una pieza excepcional del Museo Nazionale de Roma y el problema de las lucernas tipo Andújar», *Espacio, Tiempo y Forma (HistAnt)*, serie II, 6, pp. 207-220.
- BERNAL, D.; GARCÍA GIMÉNEZ, R. (1995): «Talleres de lucernas en Colonia Patricia Corduba en época bajoimperial: evidencias arqueológicas y primeros resultados de la caracterización geoquímica de las pastas», *AACord*. 6, pp. 175-216.
- BETTENCOURT, A. M. (2000): *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueologia. Monografias, Braga.
- BLÁQUEZ, J. M. (1978): *Economía de la hispania romana*. Bilbao.
- BLÁQUEZ CERRATO, C. (2002): *Circulación monetaria en el área occidental de la península ibérica. La moneda en torno al «Camino de la Plata»*. Archéologie et Histoire Romaine 6, Montagnac.
- CARRERAS, C.; MARTIN, A. (2013): «Los naufrágios béticos de ánforas Haltern 70», en R. Morais et alii (eds.): *O irado mar atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, pp. 283-308.

- CARRERAS, C.; MORAIS, R. (2011): «Las ánforas de *Lucus Augusti*», en C. Carreras Monfort, R. Morais, et alii (eds.): *Ánforas romanas de Lugo. Trabajos de Arqueología 3*, Lugo, pp. 34-79.
- (2012): «The Atlantic Roman Trade during the Principate: new evidence from the western façade», *Oxford Journal of Archaeology* 31, 4, pp. 419-441.
- CUNHA, A.; ENCARNAÇÃO, J.; LEMOS, F. (2005): «Ara aos Lares Viales, de Bracara Augusta», *Forum* 37, pp. 147-155.
- DELGADO, M.; MORAIS, R. (2009): *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, Braga.
- ETTLINGER, E. (1990): *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae. Materialen zur römisch-germanischen Keramik*, Bonn.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A., et alii (2012): «El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura», *Zephyrus* LXX, pp. 151-179.
- GARCÍA GIMÉNEZ, R.; BERNAL CASASOLA, D.; MORILLO, A. (1995): «Consideraciones sobre los centros productores de lucernas tipo Andújar: análisis arqueométrico de materiales procedentes de los Villares de Andújar (Jaén) y de la Submeseta Norte» en *Segunda Reunión de Arqueometría. Primer Congreso Nacional*, Granada, pp. 187-196.
- GRANJA, H. M. (1999): «Evidence for Late Pleistocene and Holocene sea-level, neotectonic and climatic indicators in the northwest coastal zone of Portugal», *Geologie en Mijnbouw*, Kluwer Academic Publishers, 77, 3-4, pp. 233-245.
- KAJANTO, I. (1982): *The Latin Cognomina*, (2ª ed.), Roma.
- LESFARGUES, A.; VERTET, H. (1976): «Les estampilles sur sigillée de l'atelier augustéen de la Muette à Lyon», *Figlina*, pp. 39-87.
- LOSTAL PROS, J. (1992): *Los miliarios de la provincia tarraconense*, Zaragoza.
- MORAIS, R. (2002): «A taça romana de prata de Bracara Augusta», *Conimbriga* 41, pp. 165-180.
- (2005a): «Ab urbe condita. Desde a fundação da cidade de Bracara Augusta», *Saguntum* 37, pp. 125-138.
- (2005b): *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas 2, Braga.
- (2007): «A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península», *Humanitas* 58, pp. 99-132.
- (2010a): «Bracarum oppidum Augusta: os dados da cultura material», en V. Revilla, M. Roca (eds.): *Contextos cerámicos y cultura material de época augustea en el occidente romano*, Actas de la reunión celebrada en la Universitat de Barcelona los días 15 y 16 de abril de 2007, Barcelona, pp. 443-461.

- (2010b): *Bracara Augusta*, Braga.
- (2013): «Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal)», en R. Morais et alii (eds.): *O irado mar atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, pp. 309-334.
- MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; MAGALHÃES, F. (2012): «El sondeo n.º 8 de «As Cavala-riças»: un contexto del primer cuarto del s. I d. C. de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal)», en *Congrès International de Potiers (17-20 mai 2012)*. SFECAG, Potiers, pp. 499-520.
- MORAIS, R.; MORILLO CERDÁN, A. (no prelo): «La *terra sigillata* hispánica altoimpe-rial en los contextos de consumo del noroeste peninsular: *Bracara Augusta* y *Legio*», en *Congreso Internacional Terra Sigillata Hispánica, 50 años de investi-gaciones (2014)*, Granada.
- MORILLO, A. (1999): *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica: contribución al conocimiento de la implantación romana en Hispania*. Monographies Instrumentum, Montagnac.
- (2002): «Conquista y estrategia: el ejército romano durante el periodo augusteo y julio-claudio en la región septentrional de la península ibérica», en A. Morillo (coord.), *Arqueología Militar Romana en Hispania, Anejos de Gladius 5*, pp. 67-93.
- (2009): «The Augustean Spanish experience: the origin of *limes* system», en A. Morillo, N. Hanel y E. Martín (eds.): *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Roma-na (León, 2006)*, *Anejos de Gladius 13*, Madrid, pp. 239-252.
- (2011): «The Roman occupation of the North of Hispania: war, military deploy-ment and cultural integration», en G. Moosbauer, R. Wiegels (eds.): *Fines Impe-rii- Imperium sine fine?. Römische Okkupations- und Grenzpolitik im frühen Principat*, Osnabrücker Forschungen zu Altertum und Antike-Rezeption 14, Rahden/Westf, pp. 11-26.
- MORILLO, A.; GARCÍA MARCOS, V. (2000): «Nuevos testimonios acerca de las legiones *VI victrix* y *X gemina* en la región septentrional de la península ibérica», en *Ile Congrès de Lyon sur l'armée romaine. Les légions de Rome sous le Haut Empire*, Lyon, pp. 589-608.
- (2009): «The Roman camps at Leon. State of the research and new approaches», en A. Morillo, N. Hanel y E. Martín (eds.): *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Romana, Anejos de Gladius 13*, Madrid, pp. 239-252.
- MORILLO, A.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2010): «El aprovisionamiento del ejército roma-no en Hispania. Transporte, almacenaje y redistribución», en J. J. Palao Vicente (ed.): *Militares y Civiles en la Antigua Roma. Dos mundos diferentes, dos mundos unidos*, Salamanca, pp. 135-164.

- MORILLO, A.; MARTÍN HERNÁNDEZ (2013): «Un contexto cerámico de mediados del siglo I d. C. en el campamento de la Legio VI Victrix en León. La intervención de 1995 en el depósito de San Pedro» en D. Bernal, C. J. Tovar (coords.): *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de SECAH, Ex Officina Hispana*, vol. 2, pp. 209-225.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991): *El comercio antiguo en el N. W. peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*, A Coruña.
- OLIVEIRA, C., KUZNIARSKA-BIERNACKA, I. et alii, (2013): «Análise química de resíduos orgânicos de ânforas do naufrágio bético de Esposende», en R. Morais et alii (eds.): *O irado mar atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, pp. 263-281.
- REDENTOR, A. (2011): *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara de época romana*. 2 vols., Coimbra, (tese de doutoramento policopiada).
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. et alii (1996): *Lucus Augusti. Urbs romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Lugo.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. (2004): *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do Noroeste Hispánico (conventus bracarense, lucense e asturicense)*, Santiago de Compostela.
- RODRÍGUEZ MARTIN, G. (1996): *Materiales de un alfar emeritense: paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas, Cuadernos Emeritenses 11*, Mérida.
- SANTOS, L.; LE ROUX, P.; TRANOY, A (1983): «Inscrições romanas do museu Pio XII em Braga», *Bracara Augusta* 37, pp. 183-205.
- SASTRE, I.; BELTRÁN, A.; SÁNCHEZ-PALENCIA, A. (2010): «Ejército y comunidades locales en el Noroeste peninsular: Formas de control y relaciones de poder en torno a la minería del oro», en J. J. Palao Vicente (ed.): *Militares y civiles en la antigua Roma. Dos mundos diferentes. Dos mundos unidos*, Salamanca, pp. 117-134.
- SEVILLANO FUERTES, A., VIDAL ENCINAS, J. M. (2002): *Urbs Magnifica. Una aproximación a la Arqueología de Asturica Augusta (Astorga, León)*, Astorga.
- SILVA, A. C. F. (2007): *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* (2.<sup>a</sup> ed.), Paços de Ferreira.
- SIMON-HIERNARD, D. (1990): *Poitiers: la nécropole du quartier de Blossac-Saint-Hilaire (I-IV s. après J.-C.). Archeologie funeraire du Poitou dans l'Antiquité et le Haut Moyen-âge I*, Poitiers.
- SOARES DE CARVALHO G.; GRANJA H. M. et alii (2006): «Late Pleistocene and Holocene environmental changes in the coastal zone of Northwestern Portugal», *Journal of Quaternary Science* 21, 8, pp. 859-877.

- SOTOMAYOR, M.; PÉREZ CASAS, A.; ROCA, M. (1976): «Los alfares romanos de Andújar (Jaén): Dos nuevas campañas», *NAHis* 4, pp. 111-147.
- SOTOMAYOR, M.; ROCA, M.; SOTOMAYOR, A.; ATIENZA, R. (1981): «Los alfares romanos de Los Villares de Andújar (Jaén, campaña 1978-9)», *NAHis* 11, pp. 307-316.
- TRANOY, A. (1981) : *La Galice romaine: recherches sur le NW de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. (1989-90): «As necrópoles de Bracara Augusta: Les inscriptions funéraires», *Cadernos de Arqueologia* 6-7, pp. 187-232.